



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 1 de junho de 2012

JORNAL DO COMMERCIO	
Tributação	1
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Sefaz	2
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Medidas	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Trimestre	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Análise	5
ECONOMIA	
A CRITICA	
sim & não	6
OPINIÃO	
A CRITICA	
MEDIDAS PONTUAIS	7
ECONOMIA	
A CRITICA	
Manter vantagem será a luta do AM	8
ECONOMIA	
A CRITICA	
Arrecadação anima secretário da Sefaz	9
ECONOMIA	
A CRITICA	
Júlio Ventilari	10
BEM VIVER	
AMAZONAS EM TEMPO	
CRISE	11
CAPA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Indústrias dão 'recesso' a 37 mil trabalhadores	12
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Após pressão, governo eleva alíquota do IPI	13
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Tributos	14
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Polo naval	15
PLATÉIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Novo IPI para micro-ondas, moto e split vale a partir de 1º de setembro	16
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Queda histórica	17
ECONOMIA	

Tributação

Governo decide dar proteção a setores do PIM com IPI maior

Página A7

Foto: Walter Mendes



**Produção de ar-condicionado fica
protegida pela medida**

Sefaz

Enchente traz queda na arrecadação

Secretaria de Estado da Fazenda desenvolve estudo para avaliar o impacto da subida das águas nos cofres do governo do Estado

Juliana Geraldo

Enchente recorde do rio Negro e fraco desempenho do comércio no Amazonas levam a Sefaz-AM (Secretaria de Fazenda do Estado do Amazonas) a rever a projeção da arrecadação estadual para este ano.

“Estamos fazendo um estudo para verificar qual será o impacto das cheias na arrecadação. A previsão é de que os números serão menores em virtude do desempenho do comércio, prejudicado pela enchente”, afirmou o chefe de arrecadação da Secretaria, Gilson Nogueira.

Segundo dados da Sefaz-AM, A arrecadação de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) do comércio no Amazonas está 7% abaixo da meta orçamentária projetada pela Sefaz para este ano.

Até agora foram recolhidos R\$ 803,65 milhões, R\$ 60,24 milhões a menos em relação a cifra estimada inicialmente pela secretaria (R\$ 863,9 milhões).

Ainda de acordo com os números da secretaria, dos R\$

2,80 bilhões de ICMS do setor orçados para este ano, R\$ 803,65 foram arrecadados nos primeiros quatro meses de 2012, o que representa menos de 30% (28,65%) do esperado.

Ele explica que fatores como a prorrogação para o pagamento do tributo para alguns municípios atingidos e empresas que tiveram os negócios prejudicados em função das cheias pode comprometer o resultado.

No entanto, a retração da receita tributária geral ainda é pequena. Com R\$ 2,12 bilhões no acumulado do ano, a queda é de apenas 1,16% frente ao previsto para o período. Gilson Nogueira ressalta que o percentual de possíveis perdas na arrecadação ainda não está pronto.

“Acreditamos que o montante orçado será alcançado, mas o nosso planejamento, ou seja, o que nós gostaríamos de ter como resultado este ano, talvez não seja. Nossas expectativas terão que ser revistas”, ponderou.

Para o vice-presidente da Fecomércio-AM (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amazo-

nas), Aderson Frota, é prudente fazer a revisão na previsão de receita, “primeiro, pelo desaquecimento da economia provocado pela crise internacional nos primeiros meses do ano, e segundo, pelos impactos da enchente que só poderão ser mensurados no segundo semestre, mas que serão inevitáveis”, explanou. Segundo ele, a junção desses fatores somados às duas quedas em relação ao orçamento (fevereiro e março) e previsão de novo recuo em maio, teria feito a Fazenda refletir.

“O recálculo é importante porque permite ao governo traçar estratégias para recu-

perar o desempenho da máquina pública”, enfatizou. O Sindifisco-AM (Sindicato dos Funcionários Fiscais do Estado do Amazonas), acrescentou em nota que, não apenas no comércio, mas também algumas rubricas da indústria revelam fraco desempenho da receita do ICMS. Segmentos como Petróleo e Derivados (Refinaria), Energia Elétrica, Substituição Tributária (combustível, gás natural, bebidas, refrigerantes, medicamentos, trigo, cimento e outros) e Comunicação, também registraram reduções entre 2,9% e 22,88% no acumulado do ano.

Números



VARIAÇÕES

Período	Orçado (R\$)	Arrecadado (R\$)	Variação (%)
Janeiro	207,07 milhões	226,06 milhões	+9,18%
Fevereiro	214,64 milhões	177,79 milhões	-17,17%
Março	217,16 milhões	179,06 milhões	-17,55%
Abril	225,02 milhões	220,72 milhões	-1,91%
Total do período	863,89 milhões	803,65 milhões	-6,98%
Projeção do ano	2,80 bilhões		

Medidas

Novos IPIs protegem indústria do PIM

Motos, ar-condicionado e microondas tiveram aumento no imposto para produtos fabricados fora de Manaus

O governo decidiu proteger os fabricantes de ar-condicionado, microondas e motocicletas instalados na ZFM (Zona Franca de Manaus), com um aumento de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) sobre os artigos fabricados fora do país ou fora de Manaus. A informação foi prestada pelo subsecretário de tributação e contencioso da Receita Federal, Sandro de Vargas Serpa.

Segundo ele, esses produtos terão alíquota de IPI elevadas para 35% a partir de 1º de setembro, e devem representar um aumento de R\$ 121,89 mi-

lhões em arrecadação por ano. De acordo com Serpa, "mais de 90%" da produção nacional desses artigos já é feita na Zona Franca, onde o IPI está suspenso. O decreto que eleva

Esses produtos terão alíquota de IPI elevadas para 35% a partir de 1º de setembro, segundo decisão do governo federal

a alíquota do IPI para esses produtos foi publicado ontem no Diário Oficial da União.

No caso dos aparelhos de ar-condicionado, o IPI aumenta de 20% para 35% e afeta somente unidades do tipo "split system" de até 30 mil BTUs



Foto: Walter Mendes

IPI aumenta de 20% para 35% e afeta somente unidades do tipo "split system" de até 30 mil BTUs (unidade térmica britânica)

(unidade térmica britânica).

As motos com até 50 cilindradas passam a pagar 35% de IPI, contra 15% atualmente.

Acima dessa capacidade, o aumento foi de 25% para 35%. Os fornos de microondas tiveram aumento de 20% para 35%.

"Essa medida serve para dar um impulso ou um auxílio do governo para esses setores, que estão sofrendo muito com a concorrência externa", disse o subsecretário.

Reivindicação

A medida é uma resposta aos empresários da ZFM que reclamavam da concorrência desleal com os similares importados. Na última semana, o superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, esteve em Brasília para discutir medidas que pudessem manter a competitividade do PIM (Polo Industrial de Manaus), que se viu ameaçado pelo aumento das importações (em casos como dos ar-condicionados split, a produção local chegou a zero).

Para ele, a medida é uma vitória da ZFM e um reforço no discurso da presidente Dilma Rousseff que, ao falar sobre os 50 anos a mais para o modelo, "sempre ressalta a importância de se manter as vantagens comparativas".

O superintendente soube da publicação em Seul (Coreia do Sul), onde integra comitiva do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior que busca captar novos investimentos externos para o Brasil. "Com certeza essa notícia é um argumento a mais para convencer grandes produtores mundiais a se instalar no Brasil", disse.

A medida publicada na última quinta passa a valer a partir de 1º de setembro.

Trimestre

Emprego e renda dos trabalhadores registram melhora

O mercado de trabalho brasileiro teve desempenho positivo no primeiro trimestre deste ano com aumento dos rendimentos reais dos trabalhadores e do emprego com carteira assinada. O desemprego e a informalidade recuaram e a perspectiva é de continuidade deste quadro nos próximos meses, segundo os dados do boletim Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise, divulgado na última quinta-feira

(31/5), pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

A população ocupada cresceu 1,8%, em média, no primeiro trimestre deste ano, em comparação a igual período de 2011, enquanto os empregos com carteira assinada evoluíram 4,4%, o que equivale a cerca de 482 mil novos contratos formais. Os empregados sem carteira apresentaram retração de 5,4%. Já

os ocupados por conta própria cresceram 1,1%.

O nível de informalidade no trabalho foi 34,1%, revelando queda de 1,5 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano passado. "Na média, a taxa de informalidade de 2012 ficou abaixo da de 2011", comparou a economista Ana Luiza Barbosa, pesquisadora da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Ipea.

A taxa de desemprego média do primeiro trimestre ficou em 5,8%, 0,5 ponto percentual abaixo da taxa no mesmo período de 2011, que foi 6,3%. "Mesmo havendo aumento da população, a taxa de desemprego foi baixa. Esse aumento do desemprego se deu em função do aumento da população. Gente que estava fora do mercado de trabalho, migrou para o mercado, tornando-o mais

dinâmico".

Segundo a economista, esse indicador mostra sazonalidade, uma vez que em todo começo de ano, verifica-se um leve aumento da taxa de desemprego.

Em relação ao rendimento médio do trabalhador, o boletim registrou ganho de 4,2% no período pesquisado, alcançando R\$ 1.703,60. Em março, foi apurado o maior valor desde o início da pesquisa, em 2002, atingindo

R\$ 1.728,40.

O prognóstico para os próximos meses, disse a economista do Ipea, "é uma continuidade desses resultados favoráveis. As políticas macroeconômicas que vêm sendo adotadas têm como objetivo estimular a atividade econômica. Isso contribui para estimular a demanda, o aquecimento do consumo. Isso tudo tende a favorecer o mercado de trabalho como um todo".

Análise

Desafios do modelo ZFM é tema de livro lançado no Inpa

Foto: Divulgação

“Fizemos esta obra para a sociedade despertar para as questões econômicas da nossa região, como os entraves do modelo Zona Franca de Manaus”, explicou o diretor-executivo da FDB, José Seráfico

Após um seminário sobre o desenvolvimento da região amazônica, o livro intitulado “A nova conjuntura Nacional, Regional e Internacional – Desafios para o Modelo Zona Franca de Manaus”, foi lançado na quarta-feira (30/5) no Auditório da Ciência do Instituto Nacional de pesquisas da Amazônia (Inpa/MCTI). A obra foi organizada pelo diretor-executivo da Fundação Amazônica de Defesa da Biosfera (FDB), José Seráfico, e pelo presidente da Associação Panamazônica, Belisário Arce.

O evento reuniu ainda vários colaboradores, que em setembro do ano passado palestra-



Obra foi organizada por José Seráfico (foto) e por Belisário Arce

ram sobre as diversas visões e panoramas do modelo ZF. Entre eles o coordenador de Extensão do Inpa, Carlos Bueno. “A Amazônia vem ganhando cada vez notoriedade na mídia, e com isso desperta interesse mundial, por isso é importante todos nós estarmos

atentos para todas as questões que envolvem o desenvolvimento da nossa região, seja político, cultural, científico ou econômico”, declara Bueno.

Idela da obra

O presidente da Associação Panamazônica, Belisário Arce, conta que o livro é resultado de um seminário que foi realizado no Inpa em 2011, onde formadores de opinião, pesquisadores e economistas palestraram sobre vários parâmetros ao que concerne a Zona Franca.

“O seminário teve um impacto muito grande na sociedade, foi bem divulgado na mídia. Com isso enviamos uma carta aberta para Presidência da República relatando os resultados do seminário com as observações e recomendações dos palestrantes. Com isso pensamos que todos devem ter acesso a essas informações”, explicou Arce.

sim & não

Secretário do MF engana senadora

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) passou constrangimento ao ser surpreendida ontem com a publicação no Diário Oficial da União do Decreto 7.742 da presidente Dilma tirando vantagens do setor de bebidas do PIM. Na noite anterior à publicação, ela foi pessoalmente ao Ministério da Fazenda (MF) e ouviu do número 2 da pasta, Nelson Barbosa, a garantia de que o ato não incluiria o item em questão. Vanessa enviou ofício ao ministério pedindo explicações.

Boi na linha Ontem à noite, a senadora informou à coluna que hoje o Governo publicará novo decreto amenizando as perdas para o PIM. Disse ainda que, agora, tratará do assunto direto com Dilma. Sobre o contratempo com Barbosa, ela falou: "Tem boi na linha".

Letal A propósito, a redução do IPI das bebidas vinha sendo tratada às escondidas pela Fazenda. Quando a notícia vazou, avisado pela Fieam, o deputado Carlos Souza (PSD) chegou a fazer discurso em Brasília, dizendo que, se efetivada, a medida seria mortal para a Zona Franca.

Reflexos A redução do IPI das bebidas é tida como um golpe contra a ZFM porque prejudica pequenos

produtores, como os plantadores de guaraná de Maués, e afeta o principal item da pauta de exportação do AM: o xarope de concentrados para fabricação de refrigerantes.

Sem prestígio O desdobro de Barbosa a Vanessa não foi o único sinal de falta de prestígio da bancada do AM. O senador Alfredo Nascimento (PR), na quarta-feira, em vão, fez discurso e enviou ofício à pasta pedindo que o Ministério da Fazenda revisse o ato.

Morde e assopra Mas o dia não foi tão ruim assim para o Polo Industrial de Manaus. Outro decreto da presidente Dilma, o 7.741, sobretaxou em 30% as importações de aparelhos de ar condicionados e de motos não fabricadas no

PIM, conforme queriam Honda e Yamaha, por exemplo.

'De nada!' Mal encerrou a sessão de julgamento de ontem do TCE-AM e o ex-presidente da CMM Leonel Feitoza (PSD), que tinha contas sob análise, correu para agradecer à relatora de seu processo, a auditora Yara Lins, que lhe respondeu torcendo o pescoço para ele: "De nada!"

Eloquência A pressa de Leonel em agradecer à relatora se explica. Assim que o julgamento das contas dele começou, o procurador, eloquente, apontou uma série de irregularidades nos balanços apresentados pelo parlamentar. A eloquência era tanta que parecia que Leonel seria condenado.

MEDIDAS PONTUAIS

Planalto alivia e açoita a ZFM com medidas

O IPI em 35% para motos ajuda a ZFM, mas a redução dele para concentrados de bebidas pode matar esse setor

REDAÇÃO E BRASÍLIA (SUCURSAL) Com duas portarias publicadas no Diário Oficial da União (DOU) de ontem, o Governo Federal bateu, de um lado, e, de outro, asso-rou na Zona Franca de Manaus. A primeira medida (Decreto 7.741) eleva o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de motocicletas fabricadas fora da ZFM de 15% para 35%, o mesmo acontecendo com o ar-condicionado *split* e micro-ondas que tiveram o IPI elevado para o mesmo patamar que as motos.

Na mesma "canetada", o ministro Guido Mantega publicou o Decreto 7.742, reduzindo o PIS/PASEP e Cofins dos concentrados usados na preparação de bebidas. A quase totalidade dos concentra- dos é fabricada no Amazonas.

A portaria que eleva para 35% a alíquota do IPI para motos, micro-ondas e ar-condicionados do tipo *split* é uma resposta aos empresários da ZFM, que reclamavam da concorrência desleal com os similares importados. Só para se ter uma ideia, a produção de *splits* foi a zero, ante a incapacidade das empresas da ZFM em concorrer com os similares importados.

Em Seul, na Coreia, onde se encontra "vendendo" os atrativos do

Reação

O deputado Carlos Souza (PSD-AM), primeiro a fazer o alerta das medidas que seriam tomadas contra o PIM, o Governo do Estado, a bancada parlamentar e os empresários não precisaram reagir contra essa agressão à ZFM.

modelo ZFM, o superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, saudou a medida como um fator a mais de captação de novos investimentos externos para o Brasil.

"O reajuste fortalece o PIM, que tem no IPI um peso de 32% na composição da vantagem tributária comparativa. Isso, no entanto, não dá garantia de que haverá sustentabilidade nem demissão nesses setores. O que garante a sustentabilidade é a taxa de natalidade do negócio", disse o economista José Laredo.

CONCENTRADO

Segundo nota técnica encaminhada ao governador Omar Aziz pelo consultor tributário e especialista em ZFM, Raimundo Noronha, o decreto 7.742

atinge o polo de concentrados, ao reduzir para 17% e 23%, respectivamente, no período de 01/10/2012 a 30/09/2013, as alíquotas hoje vigentes.

De acordo com a medida, o IPI das preparações compostas, não alcoólicas (extratos concentrados ou sabores concentrados), para elaboração de águas gaseificadas, adicionadas de açúcar ou de outros edulcorantes ou aromatizantes, sairá de 27% para 17%. No caso das preparações compostas, não alcoólicas (extratos concentrados ou sabores concentrados), para elaboração de bebida refrigerante, o imposto cairá de 40% para 23%.

"O novo decreto (7.742) diminui em 10% e 17% as alíquotas então vigentes, sem que qualquer exame prévio fosse permitido ao Governo do Amazonas. A medida, se mantida, afeta negativamente diversos compromissos, inclusive de ordem financeira, para com o Estado, e induz a migração do setor de concentrados da ZFM para locais onde se situam os maiores centros de consumos dos refrigerantes, elaborados a partir desses "concentrados", diz a nota técnica de Noronha.

Em números



Blog

44 José E. Gonçalves Diretor-executivo da Abraciclo

"A Abraciclo vê com bons olhos as novas medidas publicadas oficialmente ontem pelo Governo Federal. Elas atendem a reivindicações feitas no ano passado pelo setor de duas rodas e pela própria associação. Até então, motos de baixa cilindrada tinham IPI de 15%, as de média cilindrada de 25% e a alta 35%. Então, a partir de setembro, a alíquota será igual para todas (35%) e isso, afetará outras regiões do País.

Porém, para as fábricas do Polo Industrial de Manaus (PIM) não há alteração. Outro detalhe é que se mantém a cobrança do Imposto sobre Importação de 21,5%, entretanto mais uma vez o PIM não é afetado por ter isenção de II. Na avaliação da Abraciclo, esta medida não resolve todos os problemas do setor de duas rodas que, hoje, vive uma crise. Porém, é uma medida que vem somar a uma série de outras que estão por vir e que esta-

mos batalhando junto ao governo e sistemas bancários. Atualmente, 85% das motocicletas são comercializadas a pessoas das classes C e D que nem sempre têm como comprovar renda, mas que podem pagar o bem. Estamos trabalhando junto aos bancos para que criem uma flexibilidade. Outra frente é que estamos estudando possibilidades de mantermos os atuais empregos e gerar novos postos".

Manter vantagem será a luta do AM

Proposta de unificação do ICMS no comércio interestadual preocupa

CIMONE BARROS

cimone@acritica.com.br

O Governo do Estado trabalha junto à equipe econômica do Governo Federal e ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para tentar manter a vantagem tributária comparativa da Zona Franca de Manaus (ZFM), quando da redução e unificação da alíquota em 4% do Imposto Sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrado em todas as operações de comércio entre os Estados. A unificação está em negociação, mas tem grande possibilidade de tornar realidade, segundo secretário de Estado da Fazenda, Iser Abraham.

A proposta do Planalto é fazer uma redução gradual das alíquotas do ICMS de 7% e 12%, no período de oito anos. A alíquota do Amazonas é de 12%, e as empresas Incentivadas da ZFM podem deduzir de 55% a 100% do valor devido, dependendo do tipo de produto. "A unificação deve acontecer, mas a vantagem comparativa da ZFM deverá permanecer a mesma ao menos até 2023 (atual prazo de prorrogação do modelo)", disse Abraham.

Mas manter as vantagens não é uma tarefa simples. Estados como São Paulo e Paraná são opositores à proposta. Em junho, o Confaz deve se reunir.

Para a aprovação da unificação da alíquota, os Estados negociam com a União a instituição de um fundo para compensar as perdas. "O prejuízo não é financeiro, é da competitividade,



Secretário Iser Abraham: governo brigará para manter vantagens da ZFM

Incentivos

Na Zona Franca de Manaus (ZFM), as empresas incentivadas têm deduções de 88% do valor do Imposto de Importação (II), de 100% do IPI, de 55% a 100% do ICMS, de 3,6% do PIS/Cofins de 75% do Imposto de Renda (IR).

de, de manutenção e atração de investimentos, emprego e renda. O financeiro pode resolver se houver negociação", destacou Abraham.

ENDOSSO

O economista José Laredo concorda com Abraham e disse que se o ICMS permanece em 12% até aumenta a competitividade do Polo Industrial de Manaus. "Aumenta porque vai

jogar com o balanço dos outros incentivos (II, IPI, PIS/Cofins, IR)."

Laredo é autor de um estudo que mostra que a ZFM tem uma vantagem tributária comparativa de 57% em média em relação a outros Estados. O ICMS tem um peso médio de 30% nessa conta, mas se a alíquota cair para 4%, o seu peso relativo deve ficar entre 12% e 13%.

Com isso, segundo Laredo, a VTC da ZFM diminui de 57% para 40%, entrando na área de inviabilidade de novos projetos. "A área de viabilidade é acima de 50%. Mas hoje temos setores como o eletroeletrônico e de duas rodas que estão acima disso, com 58% e 65% em média, respectivamente", disse Laredo, advertindo que um dos problemas da ZFM é que ela está com taxa de natalidade líquida pequena (1,8%), ou seja, atraindo muito pouco novos negócios para o seu Distrito Industrial.

Arrecadação anima secretário da Sefaz

Isper Abraham admite que o cenário econômico é ruim e comemora alta

Os dados consolidados da arrecadação estadual em maio estarão disponíveis somente hoje. Porém, até o último dia 30 deste mês, a Secretaria de Estado da Fazenda registrava arrecadação de R\$ 519,73 milhões, enquanto até esse mesmo dia no mesmo mês de 2011 atingiu R\$ 531,61 milhões, queda de 2,2%.

Quando se verifica o dado acumulado de janeiro a 30 de maio deste ano, a receita tributária estadual foi de R\$ 2,63 bilhões ante R\$ 2,48 bilhões no mesmo período em 2011: aumento de 6%, sem descontar a inflação.

Mesmo com um pequeno crescimento na arrecadação, o secretário da Sefaz, Isper Abraham, comemora os resultados. "A manutenção da arrecadação do ano passado ou um pequeno aumento isso já é uma vitória grande comparada com o ano passado e com a situação de outros estados", disse Abraham, acrescentando que acredita numa arrecadação em valor nominal este ano será superior a de 2011. Porém, descontada a inflação ela vier a ser um pouquinho maior, considerando o cenário atual, será muito bom.

Já presidente do Sindicato dos Funcionários Fiscais do Estado do Amazonas (Sindifisco-AM), Joaquim Corado, mostra-se preocupado. De janeiro a abril, segundo ele, a receita tributária ficou 9,02% abaixo da meta orçamentária prevista para 2012, o equivalente a R\$ 193,9 milhões, em termos nominais. A meta do Estado é atingir, em 2012, R\$ 6,9 bilhões e até agora alcançou 2,6 bilhões. Em 2011, o Estado arre-

ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA DO AMAZONAS			
MÊS	2012	2011	(%)
JANEIRO	503.335.023	498.332.518	1,0
FEVEREIRO	522.693.876	473.627.561	10,3
MARÇO	504.656.335	506.682.877	0,4
ABRIL	589.264.161	477.105.885	23,5
TOTAL	2.119.949.395	1.955.748.841	08,3

Fonte: Sefaz

Frasco

“

"O Estado precisa adotar as mesmas medidas de controle fiscal."

> Joaquim

Presidente do Sindifisco

cadou R\$ 6,4 bilhões.

Para Corado, o Estado precisa adotar as mesmas medidas de controle fiscal praticadas pela Receita Federal, que neste ano já apreendeu somente em contrabando R\$ 88,5 milhões. "Caso estas medidas estivessem em prática não haveria a

necessidade de aumentar a alíquota de ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços) de 25% para 30% de bebidas, fumo e de comunicações, cujos dados até o presente momento não apresentam os resultados esperados", disse o presidente do Sindifisco, em nota.

Conforme Abraham, este é um momento atípico, com crise internacional, novo realinhamento econômico mundial, diminuição de gastos por parte do Governo Federal, e aqui ainda tem a cheia dos rios da região que impacta o desempenho do comércio, principalmente dos atacadistas.

As medidas de governo de estímulo à atividade econômica e ao consumo, como reduções de juros e de tributos para consumidores e empresários, devem dar um fôlego a mais no segundo semestre, que normalmente já é mais "forte" que o primeiro, segundo Abraham.

Júlio Ventilari

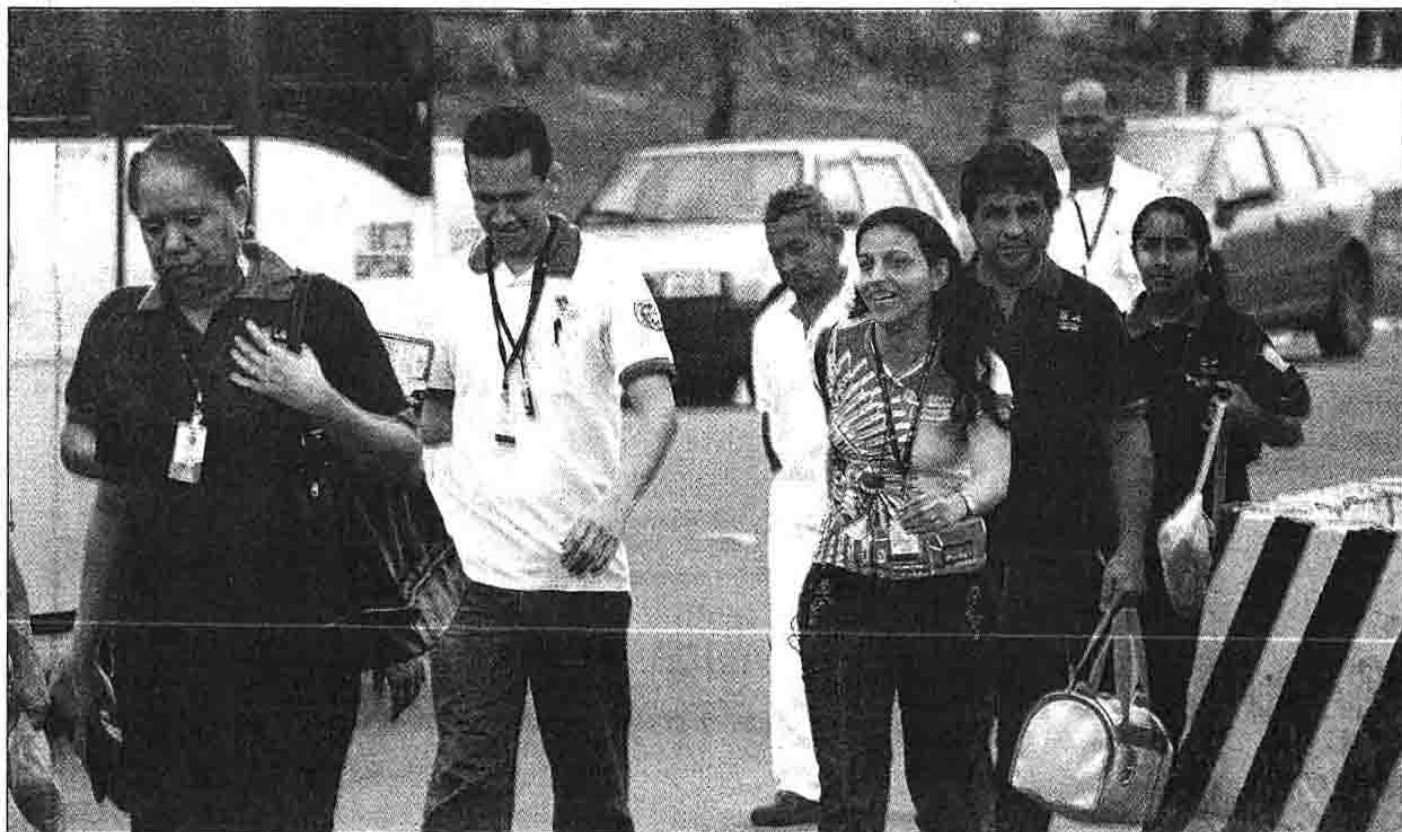
Mercado exterior

■ ■ O estímulo às exportações das empresas do PIM dá o tom ao seminário que a Apex-Brasil realizará dia 5 no auditório da Fieam. Maurício Manfrê, coordenador da Unidade de Projetos Especiais, será um dos palestrantes.

CRISE

PIM manda 37 mil de 'férias' para casa

Guerra contra os importados e a restrição ao crédito forçam as empresas do Polo Industrial de Manaus a mandar para casa os trabalhadores, por 20 dias. Período é três vezes maior se comparado ao mesmo período do ano passado. **Economia B1**



ARQUIVO EM TEMPO/MICHELL MELLO

Indústrias dão 'recesso' a 37 mil trabalhadores

ANWAR ASSI

Equipe EM TEMPO

Afetadas pela "guerra" contra os importados e restrição ao crédito, as empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) darão férias coletivas por até 20 dias, a partir deste mês, para 37 mil trabalhadores. O total de funcionários em "recesso" é três vezes maior em relação ao ano passado, quando 12 mil foram dispensados nesse mesmo período.

De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, além do número triplicado de trabalhadores fora das linhas de produção, as indústrias também prorrogaram o período das férias, que geralmente é de apenas 10 dias.

Para o presidente do sindicato, Valdemir Santana, a disputa travada entre a indústria local e os produtos estrangeiros, além da dificuldade de acesso ao crédito para a aquisição de motocicletas, culminaram nas "férias prolongadas". "O prazo das férias foi prolongado para não haver demissões", ressaltou.

Conforme o sindicato, grande parte dos trabalhadores dispensados é do polo de duas rodas, que vai dar férias para aproximadamente 22 mil trabalhadores. A Moto Honda deverá "dispensar", no final de junho, 90% do seu quadro de funcionários, de 10,5 mil empregados, por dez dias.

Segundo a assessoria de imprensa da gigante, as férias são programadas e fazem parte do calendário industrial da empresa, que para nessa época do ano para fazer a manutenção das máquinas. "Somente 10% dos

trabalhadores irão permanecer nesse período na fábrica", informou a Moto Honda.

Por sua vez, a Yamaha Motor da Amazônia deverá parar a produção por 10 dias a partir do dia 2 de julho. Porém, o prazo poderá ser prorrogado. "Dependendo da avaliação dos estoques, o período de férias poderá ser estendido", comunicou a empresa, por meio da assessoria de imprensa.

Eletroeletrônico

Com o "assédio" dos estrangeiros, as fabricantes de condicionadores de ar e de fornos micro-ondas darão férias coletivas de 20 dias para

PREJUÍZOS

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos, a justificativa das férias prolongadas é a crise enfrentada pelas indústrias do PIM, com os impactos da restrição ao crédito e entrada dos importados

os funcionários, conforme o Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado do Amazonas (Sinaees-AM).

"É uma paralisação atípica para o setor, que não costuma parar nesta época, quando a produção tende a funcionar a todo vapor devido à grande demanda que é verificada com a chegada do verão", explicou o presidente do Sinaees, Celso Piacentini.

Conforme o Sindicato dos Metalúrgicos, pelo menos 15 mil trabalhadores do setor deverão receber férias coletivas a partir deste mês de junho.

Após pressão, governo eleva alíquoito do IPI

Depois de intensas negociações e pressão do setor industrial, o governo publicou, ontem, no Diário Oficial da União (DOU), o decreto que elevou para 35% a alíquota do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) incidente em todos os modelos de motocicletas, micro-ondas e condicionadores de ar.

A medida atendeu a uma demanda das indústrias do PIM, em especial, dos setores eletroeletrônicos e o de duas rodas, que reclamavam

da queda nas vendas por causa da concorrência dos produtos importados.

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) considerou a publicação do decreto 7.741 como uma vitória para a ZFM. "Com certeza essa notícia é um argumento a mais para convencer grandes produtores mundiais a se instalar no Brasil", enfatizou o superintendente Thomaz Nogueira.

O presidente do Sindaees, Celso Piacentini, afirmou

que o aumento do IPI era esperado devido a pressão do empresariado. Ele salientou que é preciso aguardar para ver os resultados positivos da medida governamental. "Precisamos ter cautela. O aumento do IPI vai restringir a concorrência dos importados e deixar o preço de nossos produtos mais competitivos", avaliou.

Bebidas

Em outro decreto publicado ontem, o governo alterou

a tabela de incidência do IPI de bebidas frias, como cerveja, água, refrigerantes e isotônicos. Esses produtos devem ficar mais caros após a subida do IPI.

O aumento, porém, só será sentido pelo consumidor em outubro deste ano, quando a medida entrará em vigor. As tabelas com os novos valores da contribuição entrarão em vigor no dia 1º de outubro de cada ano e produzirá efeitos até 30 de setembro do ano subsequente.

Tributos

Arrecadação do AM está abaixo da meta para 2012

Abaixo da meta orçamentária em -9,02%, a arrecadação tributária do Estado está aquém do esperado para 2012. Em termos nominais, o montante corresponde a R\$ 193,9 milhões.

Segundo o presidente do Sindicato dos Funcionários Fiscais do Estado do Amazonas (Sindifisco-AM), Joaquim Corado, embora, no acumulado do ano, a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) tenha apresentado evolução em termos reais

de 0,31% e de 5,73%, quando comparada ao igual período de 2011 e 2010, respectivamente, a análise da receita aponta um fraco desempenho nos setores de indústria incentivada, petróleo, energia elétrica, substituição tributária e comunicação, haja vista o baixo desempenho dos setores.

Para Corado, a Sefaz precisa adotar as mesmas medidas de controle fiscal da Receita Federal, que neste ano apreendeu, só em contrabando, o montante de R\$ 88,5 milhões.

Polo naval

. O Amazonas vai receber uma comitiva francesa, com experiência na área naval, para conhecer o espaço onde o governo do Estado irá construir o Polo Naval do Amazonas. A visita foi proposta durante apresentação do projeto do Polo Naval Industrial do Amazonas, na II Reunião APL's Poles de Competitivite do setor de metal mecânico Brasil e França, realizada em São Paulo, no último dia 24 de maio.

. A Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Ciama) integra o GT de criação do Polo Naval do Amazonas e marcou presença durante o encontro, onde, na oportunidade, foi assinado um Protocolo de Intenção de Cooperação entre cinco dos mais importantes pólos de competitividade franceses de Mecânica ligados ao setor.

. De acordo com o presidente da Ciama, Aluizio Barbosa, o know-how francês permitirá incentivar a consolidação de tecnologias de ponta no projeto amazonense. "A assinatura do protocolo foi importante na medida em que facilitará a atração de investimentos de empresas francesas da área naval e de portos para o Polo da Indústria Naval do Amazonas", finalizou.

Novo IPI para micro-ondas, moto e split vale a partir de 1º de setembro

► Elevação do tributo para até 35% visa 'frear' a concorrência desleal entre importado e nacional

TEXTO Tereza Teófilo
FOTO Sandro Pereira

MANAUS

A publicação no Diário Oficial da União (DOU) do Decreto 7.741 da Presidência da República que trata da elevação de 20% a 30% para 35% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para motos, micro-ondas e condicionadores de ar tipo split, visando frear a concorrência desleal do produto fabricado no Polo Industrial de Manaus (PIM) com os similares importados, não muda, pelo menos por enquanto, os planos da indústria local de diminuir o ritmo de produção. "Toda mudança no que diz respeito à tributação não surte efeito assim de uma hora para outra. Vamos aguardar pelos menos uns 60 dias

para sentir os reflexos disso. Nossas projeções de conter a produção estão mantidas. Vamos primeiro avaliar", disse o presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco.

Mesmo a medida valendo somente a partir de 1º de setembro, Périco vê a mudança com otimismo. "Toda alta de IPI para produto importado é muito benéfica para a indústria nacional. Agora temos que trabalhar para atender à demanda porque o produto importado vai ficar bem mais caro", completou o dirigente.

O superintendente da Zona Franca de Manaus, Thomaz Nogueira, soube da publicação, durante viagem que faz à Coreia do Sul. "Com certeza essa notícia é um argumento a mais para convencer grandes produtores mundiais a se

instalar no Brasil", disse ele em nota.

A produção de motos no PIM sofreu retração de 4,4% no primeiro trimestre de 2012 em comparação ao mesmo período de 2011 e a de condicionadores de ar tipo split caiu de 1,6 milhão de peças em abril de 2011 para 293 mil, no mesmo mês deste ano.

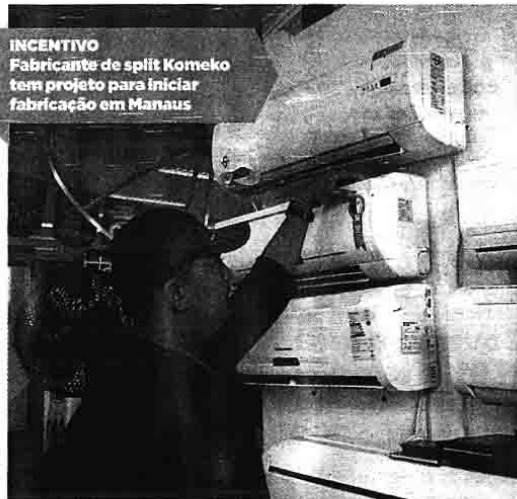
No comércio, a expectativa também é de aumento nas vendas dos produtos nacionais.

OS NÚMEROS

72%

► Foi a queda registrada na produção de forno micro-ondas nas indústrias instaladas em Manaus entre abril de 2011 e 2012.

INCENTIVO
Fabricante de split Komeko tem projeto para iniciar fabricação em Manaus



A preferência do consumidor pelos splits importados refletiu na demissão de mais de 3 mil trabalhadores das indústrias locais

Queda histórica

A indústria brasileira patina há oito meses. É o terceiro ciclo de queda na produção sobre ano anterior desde o início da série da pesquisa industrial do IBGE, em 1991. A última vez que a produção subiu sobre o mesmo mês um ano antes foi em agosto de 2011. De setembro a abril de 2012, só houve queda. Fernando Abritta, economista da Coordenação de Indústria do instituto, só encontrou dois outros períodos de ciclo negativo tão longo. O primeiro durou 12 meses, de agosto de 1998 a julho de 1999. Compreendeu, portanto, os meses pré e pós-abandono do câmbio fixo dos primeiros anos do Plano Real. Depois, o setor despencou por 12 meses seguidos, na comparação com o ano anterior, de novembro de 2008 a outubro de 2009.